

## PSDB votará unido e afinado com o DEM, diz Arthur Virgílio

Líder do PSDB, Arthur Virgílio disse que seu partido votará unido nas eleições à Presidência da Casa, em 2 de fevereiro, e quer "participação nobre nas comissões". A afirmação foi feita após encontros com os senadores José Sarney (PMDB) e Tião Viana (PT), que concorrem ao posto de presidente. Conforme Virgílio, o PSDB votará afinado com o Democratas e espera ver o senador Tasso Jereissati "em uma posição de destaque" na próxima sessão legislativa. **3**



Tião Viana (D) fala à imprensa após encontro com Virgílio, que defende o fortalecimento do Legislativo

### Novo direito autoral para obras de arte

Nem toda obra de arte tem valorização assegurada, mas seus autores devem ter o direito de prever futuras comercializações ao venderem suas obras. Para tanto, o senador Sérgio Guerra propõe atualizar a Lei de Direito Autoral. **4**

### Mais informação contra obesidade e diabetes

O senador Cristovam Buarque propõe mudança nas embalagens de alimentos. Objetivo é garantir que o consumidor saiba exatamente se está ingerindo excesso de açúcares, gorduras e sódio, fontes de doenças crônicas e degenerativas. **2**



Na mira do projeto, a composição nutricional dos alimentos

### Plano de saúde atento às necessidades dos jovens

O atendimento médico de crianças e adolescentes por planos e seguros privados de saúde poderá ser diferenciado, buscando a normalidade do processo de crescimento e desenvolvimento, segundo projeto de Patrícia Saboya. **2**



### Garibaldi participa de cerimônia da Aeronáutica

O presidente do Senado Federal participou ontem, na Base Aérea de Brasília, ao lado do ministro da Defesa e do comandante da Aeronáutica, de solenidade de troca do comando do Grupo de Transporte Especial (GTE), responsável pelo transporte

de autoridades. Garibaldi Alves também esteve no STF, para despedir-se do presidente da corte. Em entrevista, o senador disse que José Sarney tem o apoio de toda a bancada do PMDB na disputa pelo comando da Casa. **3**



Cristovam Buarque defende a inclusão, em embalagens de produtos alimentícios, de informações que ajudem a evitar o aumento das doenças crônicas e degenerativas

## Rótulos podem ser alerta contra obesidade e diabetes

OS ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS têm grande parcela de responsabilidade no crescimento vertiginoso, entre a população brasileira, da obesidade e das doenças crônico-degenerativas a ela associadas, especialmente a diabetes e as doenças cardiovasculares. Recente estudo da Universidade de Calgary (Canadá) revelou que a maioria dos produtos alimentícios direcionados especificamente às crianças tem valor nutricional pobre, com quase 90% contendo altos níveis de açúcar, gordura ou sódio.

Dados preocupantes como esses levaram o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) a apresentar, no final do ano passado, um projeto de lei (PLS 489/08) determinando que as embalagens dos alimentos deverão trazer selo de identificação nas cores vermelho, amarelo e verde em função de sua composição nutricional (gordura, carboidratos, vitaminas, nutrientes etc.).

A ideia, conta o senador, surgiu durante debate na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), quando um médico classificou como "alarmante" o aumento nos casos de diabetes tipo 2. O especialista previu que a doença atingirá, em 2030, mais de 400 milhões de pessoas no mundo todo. Mais de 10 milhões de brasileiros (5,3% da população) têm a doença e os índices são



A própria indústria de alimentos reconhece que a rotulagem nutricional é insatisfatória, o que Cristovam Buarque (foto à direita) quer corrigir

mais elevados justamente entre os pobres.

– Tal dado não causa espanto, haja vista a obesidade também apresentar incremento maior nessa camada de nossa sociedade. A principal razão desse crescimento é que os alimentos de pouca qualidade nutricional e elevada densidade calórica são encontrados a preços mais acessíveis em supermercados, lanchonetes e bares do que os produtos mais saudáveis, como verduras, frutas, legumes e carnes magras, que têm custo mais alto – analisa Cristovam Buarque.

Por isso, ele considera importante aperfeiçoar a legislação sobre a embalagem dos alimen-



Genilton Magela

tos. A própria indústria, diz o senador, admite que a rotulagem nutricional adotada hoje "não é inteligível", pois o excesso de informações mascara os riscos da ingestão.

Para Cristovam, a falta de tempo e informação adequada levam as pessoas a trocarem pratos saudáveis por salgadinhos, refrigerantes e sanduíches, e a exagerarem na ingestão calórica e no consumo de açúcar.

## Prevenção de doença a partir da infância

O atendimento médico de crianças e adolescentes pelos planos e seguros privados de assistência à saúde poderá ser obrigado a observar a promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento do ser humano nessa faixa etária.

Esse é o objetivo de projeto de lei (PLS 228/08) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que define as práticas preventivas nos cuidados com a saúde e estabelece normas para o atendimento médico infanto-juvenil no âmbito desses planos e seguros.

A proposta, em fase de recebimento de emendas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), tem como relator Mão Santa (PMDB-PI) e determina que o atendimento médico deve ser assegurado com a frequência e a regularidade definidas em função da faixa etária. Além disso, o atendimento seria feito sempre por especialistas em pediatria.

Ao salientar que a melhor estratégia de promoção plena da saúde é a promoção de ações preventivas e educativas, Patrícia



José Cruz

Patrícia Saboya: atendimento obrigatório por planos de saúde

cia Saboya cita estudos epidemiológicos para explicar que a prevenção eficaz da maior parte das doenças que acometem a população adulta deveria ter sido feita na infância.

– Os conhecimentos adquiridos nos distintos modelos econômicos vivenciados pela sociedade humana revelam, com a força de um verdadeiro postulado, que investir em saúde e educação da primeira infância é o melhor caminho para o avanço social e econômico de qualquer nação. Sem a adoção de tal prioridade, o Brasil continuará a insistir em escolhas equivocadas e a desperdiçar recursos sem perspectiva de fazer as mudanças que o sintonizem com as tendências científicas do presente – argumenta a senadora.

## Projeto garante folga para a realização de exame preventivo

Os trabalhadores brasileiros poderão ganhar o direito de faltar ao serviço para realizar exames preventivos de câncer do colo de útero, de mama ou de próstata. Esse direito é assegurado em projeto da Câmara dos Deputados que está pronto para entrar na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Depois, a matéria será submetida à deliberação do Plenário do Senado.

A proposta (PLC 158/08), que já tem o voto favorável do relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), altera o artigo 453 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). De autoria do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), a proposição foi aprovada na Câmara em novembro do ano passado.

A intenção do autor é garantir aos trabalhadores a oportunidade de realizar os exames sem preocupação com perdas

salariais. Esse é também o objetivo de projeto já acatado no Senado, proposto pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), agora em tramitação na Câmara (PL 1.830/07, nessa Casa), que promove alterações na CLT. A proposição de Raupp (PLS 233/06, no Senado) já recebeu parecer favorável da Comissão de Seguridade Social e Família, mas terá ainda de passar por outras duas votações.

Na justificativa, Daniel Almeida destaca que, apesar da existência de métodos preventivos simples, eficientes e de baixo custo, permanecem elevados os níveis de mortalidade em decorrência desses tipos de câncer.

Em 2004, o Ministério da Saúde registrou 9.876 óbitos por câncer da mama; 4.393, por câncer do colo de útero, além de 2.749 em outras partes do útero; e 9.590, por câncer de próstata.

## Excesso de açúcar, gordura e sódio = prejuízo alimentar

O fato é que a maioria dos alimentos industrializados, inclusive aqueles voltados especificamente para os consumidores infantis, oferecem às crianças uma dieta com altos índices de açúcar e de gordura. Os especialistas da Universidade de Calgary pesquisaram 367 produtos, incluindo

aqueles com personagens de desenhos animados na embalagem. O estudo apontou que quase 70% desses alimentos, excluindo bebidas não-alcoólicas, confeitaria e panificação, continham alta proporção das calorias do açúcar, 20% tinham elevados níveis de gordura e 17% con-

tinham excesso de sódio.

"O que mais preocupa, principalmente em relação à obesidade infantil, é que 62% dos produtos com má qualidade nutricional tinham, na frente da embalagem, alegações positivas sobre o produto", revelou o estudo canadense.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3303-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3303-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
 CEP 70165-920



Líder Arthur Virgílio afirma, após encontros com os candidatos José Sarney e Tião Viana, que seu partido "votará afinado com o Democratas" no dia 2

# "PSDB vai votar unido para presidente do Senado"

O LÍDER DO PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou à imprensa que o seu partido "vai votar unido nas eleições para a Presidência e cargos da Mesa da Casa, no próximo dia 2, e que a bancada "quer participação nobre nas comissões do Senado Federal. A declaração foi feita depois de manter encontros informais com os dois candidatos ao posto de presidente da instituição, senadores Tião Viana (PT-AC) e José Sarney (PMDB-AP).

Virgílio disse que o PSDB votará afinado com o DEM, ponderando que os dois partidos integram o bloco de oposição na Casa – o Democratas tem 13 senadores, mesmo número do PSDB. Questionado pelos repórteres, observou que os

tucanos têm vontade de ver o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) em uma posição de destaque. Observou, no entanto, que nas primeiras conversas com os candidatos, não entrou no detalhamento sobre quais partidos ficarão com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), consideradas pelos senadores como as mais importantes da Casa.

Arthur Virgílio mencionou o nome de Jereissati depois que um jornalista citou notícias informando que o atual presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, gostaria de presidir a CAE ou a CCJ. Nos últimos dois anos, esta comissão ficou com o Democratas e a CAE com o PT.

Na entrevista, ao lado do senador Tião Viana, Arthur Virgílio sustentou que o PSDB e o DEM querem ainda que os candidatos se comprometam com atitudes que reafirmem a independência do Legislativo e que implantem um sistema de sorteio na escolha de relatores dos projetos que chegam ao Senado. Lembrou que Garibaldi introduziu o sistema de rodízio, o que foi um avanço, mas, disse, é preciso ir mais longe.

## Decisão

Na próxima segunda-feira, o PSDB manterá conversas formais com os dois candidatos, com a presença do presidente nacional do partido, senador Sérgio Guerra (PE). Em seguida,



Na saída do gabinete de Tião Viana (D), Arthur Virgílio fala aos jornalistas

a agremiação reunirá a bancada para unificar o voto, na expressão de Arthur Virgílio. Para ele, a estratégia do seu partido de não lançar candidato e nem de

antecipar seu voto foi correta, a tal ponto de se poder ler hoje nos jornais que o PSDB será o fiel da balança nas eleições para a Presidência do Senado.



Presidente do Senado fez visita de cortesia a Gilmar Mendes, do STF

## Garibaldi: candidatura Sarney tem apoio maciço do PMDB

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou ontem à tarde que a candidatura do senador José Sarney (PMDB-AP) à Presidência da Casa conta com o apoio maciço da bancada de seu partido. De manhã, após visita ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, considerou o lançamento do nome de Sarney irreversível e descartou possível prejuízo à candidatura do deputado Michel Temer à Presidência da Câmara.

Segundo Garibaldi, mesmo os senadores Geraldo Mesquita Júnior (AC) e Jarbas Vasconcelos (PE), que não participaram da reunião ocorrida em 17 de dezembro – na qual o PMDB lançou a candidatura de Garibaldi, mas em que se discutiu a possibilidade da candidatura de Sarney – deverão votar no ex-presidente.

– Na reunião de dezembro, quando se falou na candidatura de Sarney, todos ficaram com a candidatura. Mesmo Jarbas Vasconcelos e Mesquita Júnior, que faltaram à reunião, tenho o

palpite de que também votam em Sarney – disse.

Quanto às denúncias que estão sendo veiculadas pela imprensa contra o empresário Fernando Sarney, Garibaldi disse que Sarney saberá esclarecê-las, caso necessário.

Sobre a visita de cortesia a Gilmar Mendes, Garibaldi garantiu que ela foi uma despedida, já que deixará a Presidência da Casa no próximo dia 2.

– Vim agradecer ao ministro pelas atenções que me dispensou nesse período em que ocupei a Presidência do Senado, já que estou prestes a deixar o cargo – afirmou.

Garibaldi disse não ter tratado de nenhum assunto na reunião, nem mesmo do julgamento que o STF fará sobre a recusa da Câmara em promulgar a proposta de emenda à Constituição (PEC 333/04) que aumenta o número de vereadores no país.

O senador também confirmou que, no dia 2 de fevereiro, Renan Calheiros (AL) deverá assumir a liderança do PMDB no Senado.

## Proposta altera a escolha de suplente de senadores

Aguarda votação em Plenário o substitutivo à proposta de emenda à Constituição que disciplina a candidatura de suplente e a eleição para o Senado em caso de vacância. A proposta original foi apresentada por Sibá Machado, que exerceu mandato de senador como suplente de Marina Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente.

A PEC 11/03 teve como relator Demostenes Torres (DEM-GO), autor do substitutivo que englobou outras seis propostas referentes à suplência de senador que estavam apensadas. O substitutivo foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 2008.

A proposição estabelece que cada senador será eleito com um suplente apenas, ao contrário dos dois atuais, vedada a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção. Em relação aos atuais detentores de mandatos e seus suplentes, o substitutivo determina que permanecerão inalteradas as normas constitucionais em vigor.

No caso de vaga, o projeto impede que o suplente suceda o titular no exercício do mandato, podendo apenas substituí-lo, ao determinar que será convocado suplente para exercer o mandato até a eleição geral ou municipal mais próxima. Se aprovada no Plenário, a PEC seguirá para a Câmara dos Deputados.

## Eleição da Mesa marcará a abertura do ano legislativo

A eleição para a Mesa diretora do Senado será a primeira preocupação dos integrantes da Casa na inauguração do ano legislativo que começa em 2 de fevereiro. Essa eleição define o presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários.

O presidente, além de estar à frente dos 81 senadores, é quem convoca e preside as sessões do Congresso, que reúnem também os 513 deputados. Essas sessões conjuntas são necessárias para votar determinadas matérias, como o Orçamento da União, e para analisar vetos feitos pelo presidente da República a projetos aprovados no Legislativo.

É o presidente também quem define a ordem do dia das sessões no Plenário do Senado, inserindo ou retirando matérias da pauta. Nessas sessões, ele ainda tem poderes para desempatar votações e proclamar os seus resultados, assim como conceder a palavra aos senadores que desejam se manifestar sobre os temas tratados. Além das prerrogativas técnicas concedidas pelo regimento da Casa, o cargo tem grande importância política, com trânsito facilitado no Executivo e no Judiciário.

## Sucessão

O presidente do Senado ainda possui poderes para decidir sobre a instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs), depois que os senadores reúnem as assinaturas necessárias para a criação do colegiado. E ele é o terceiro na linha de sucessão do presidente da Repú-

blica – depois do vice-presidente e do presidente da Câmara.

## Bancadas

A formação dos blocos partidários é crucial na divisão de poder no Senado – e também na Câmara. Todos os partidos podem se aliar – os dois grandes blocos, em geral, são situação e oposição, a base aliada ao governo federal e os opositores.

Os senadores, agrupados em representações partidárias ou blocos, elegem seus líderes, que, entre outras atribuições, encaminham as votações nas comissões e no Plenário, onde podem fazer uso da palavra em qualquer tempo da sessão, para tratar de assunto de relevância nacional ou defender linha política. Quanto mais cadeiras um bloco tiver, maior será a quantidade de cargos a que terá direito, por exemplo, nas comissões permanentes e nas CPIs.

O Plenário é o órgão máximo de deliberação. Nele, os senadores discutem e votam as proposições em tramitação que não tenham sido decididas conclusivamente nas comissões – colegiados em que se busca aprofundar o debate das matérias e em que elas são examinadas por grupos menores de parlamentares antes, possivelmente, de serem submetidas ao Plenário.

A análise da constitucionalidade, da admissibilidade e do mérito é feita primeiro nas comissões. As comissões podem ser permanentes ou temporárias. Há ainda as mistas (formadas por deputados e senadores).

## Garibaldi assiste a cerimônia da Aeronáutica

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou ontem, na Base Aérea de Brasília, da cerimônia de troca de comando do Grupo de Transporte Especial (GTE), responsável pelo transporte aéreo de autoridades.

Na solenidade, o tenente-coronel-aviador Mário Augusto Baccarin passou o comando do GTE ao tenente-coronel-aviador Geraldo Corrêa de Lyra Júnior. Também estiveram presentes a primeira-dama do

país, Marisa Letícia, e o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Criado em 1957 com o objetivo de transportar autoridades civis e militares que participaram da construção de Brasília, o GTE é responsável, atualmente,

pelo transporte do presidente da República, de ministros de Estado, de secretários da Presidência da República, de autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do alto-comando da Aeronáutica.



## Educação profissional deverá ter fundo de desenvolvimento

Está pronta para ser incluída na ordem do dia proposta que cria o Fundo de Desenvolvimento de Educação Profissional (Fundep). A PEC 24/05, de Paulo Paim (PT-RS), determina que a reserva seja composta por 2% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de 7% da arrecadação dos programas PIS e Pasep.

A proposta previa a designação de 30% da arrecadação das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao chamado Sistema S, para compor o fundo. O relator na Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), retirou esse dispositivo por acreditar que “essas entidades vêm há seis décadas prestando relevantes serviços aos trabalhadores e respectivos setores produtivos e não deveriam perder recursos”. Para compensar a retirada dos recursos que seriam oriundos do Sistema S, o relator na CCJ aumentou de 3%, montante previsto inicialmente na PEC, para 7% a contribuição procedente do PIS e do Pasep.

### Fonte segura

Paim, na justificativa da PEC, afirmou ser unânime o pensamento dos educadores, dos trabalhadores e da classe patronal de que a educação profissional precisa contar com uma fonte segura de financiamento, não somente para sua manutenção, mas, principalmente, para sua expansão e desenvolvimento.

O senador acredita que, decorridos dois a três anos da implantação do fundo, espera-se triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio e expandir significativamente os cursos de menor duração, destinados à formação continuada de trabalhadores.



Paim acredita que fundo deve triplicar número de matrículas em até três anos

## Projeto torna obrigatórias aulas de arte e cultura no ensino básico



Marisa Serrano diz que culturas regionais têm sido negligenciadas

são terminativa nas comissões de Educação e Cultura, com substitutivo, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em seu parecer, Marisa Serrano destacou o caráter inovador da matéria, por abordar o aspecto da regionalização das manifestações artístico-culturais, e assinalou que a atividade cultural brasileira requer maior zelo por parte do poder público, a fim de se manterem fiéis as tradições e a genuinidade de suas manifestações.

– Os meios de comunicação, cada vez mais poderosos, ainda mais em época da chamada convergência tecnológica, têm dinamizado a cultura em proveito dos valores do eixo Rio-São Paulo, ao tempo em que negligenciam, em suas produções, a riqueza da criatividade e da tradição regional e local – afirma a senadora.

Com isso, na análise de Marisa Serrano, “globalizam-se e, por consequência, uniformizam-se os conceitos e os padrões de comportamento sociocultural, a ponto de deixarem de fazer sentido as manifestações tradicionais de comunidades inermes para fazerem valer seus valores. Cedem, por força de tais conceitos dominantes”.

O ensino da arte e da cultura, especialmente em suas expressões regionais, poderá ser obrigatório. A determinação consta de projeto pronto para ser incluído na pauta de votações do Plenário. A iniciativa do PLC 75/06 é do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) e teve como relatora na Comissão de Educação (CE) a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) para incluir essas matérias na composição do currículo obrigatório dos ensinos infantil, fundamental e médio.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada em deci-

Senador quer permitir aos criadores de obras de arte negociarem seus trabalhos já prevendo comercializações futuras, com mais liberdade e proveito de projeção pessoal

## Proposta de Sérgio Guerra atualiza Lei do Direito Autoral

POR ENTENDER QUE “é equivocada a presunção de que a obra de arte sempre alcançará a valorização”, Sérgio Guerra (PSDB-PE) propõe permitir aos criadores dessas obras negociarem seus trabalhos já prevendo comercializações futuras. O projeto do senador deve ser votado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) neste semestre, em decisão terminativa.

De acordo com a proposta (PLS 452/08), o autor de uma obra de arte poderá, na ocasião da venda, ajustar com o adquirente o valor relativo ao chamado direito de sequência (direito de natureza patrimonial, passível de renúncia ou de cessão onerosa a terceiros), calculado sobre a mais-valia – valor que se agrega ao de cada venda do trabalho.

O projeto altera as determinações da Lei do Direito Autoral (Lei 9.610/98), que asseguram caráter irrenunciável e inalienável ao direito de os criadores de obras de arte receberem 5% sobre o aumento do preço eventualmente verificado em



Sérgio Guerra: é equivoco presumir que obra de arte sempre alcançará valorização

cada revenda de obra de arte. “Porém, nem sempre a obra experimenta valorização. Ao contrário, o apreço social por determinadas expressões artísticas pode se dissipar e não será o passar do tempo que imprimirá a pretendida valorização da obra, hoje fixada no mínimo em 5% do seu valor, em favor do seu criador”, explica Sérgio Guerra.

O autor da obra indicará, segundo o projeto, as condições a que está vinculado o direito de sequência mediante registro

em cartório e na Fundação da Biblioteca Nacional, para conhecimento de terceiros. No caso de alienação da obra, todas as condições relativas ao direito de sequência deverão constar do catálogo.

Sérgio Guerra argumenta que, mesmo havendo a desvalorização da obra de arte, a lei atual persiste “na exigência do pagamento, ao autor, por mera presunção de mais-valia, o que, em muitos casos, impede a sua venda regular, além de impulsionar o mercado informal”. O senador propõe que, em primeiro lugar, a lei estabeleça a natureza patrimonial do direito de sequência; em segundo, outorgue aos autores de obras artísticas “liberdade para negociá-las com maior proveito comercial e de projeção pessoal, mediante pactos de regência de alienações futuras, segundo o próprio alvedrio”.

A proposta defende ainda outras reformulações no texto da Lei do Direito Autoral, “para que dele se expurguem termos desnecessários e se ajuste à realidade atual”.

## Mais liberdade para universidade escolher dirigente

Aguarda votação em Plenário o projeto que extingue a lista tríplice do processo de escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino.

A matéria (PLC 95/03), de autoria do deputado Wilson Santos, altera a Lei 9.192/95 e teve substitutivo do relator, José Maranhão (PMDB-PB), aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em 2005.

O substitutivo determina que os estatutos das instituições federais de educação superior definirão a forma de escolha de seus dirigentes, asseguradas

eleições diretas pelo conjunto da comunidade.

A proposta estabelece ainda que os dirigentes terão mandato de cinco anos, vedada a recondução, e deverão possuir o título de doutor.

O autor da proposição e o relator argumentam que a Lei 9.192 trouxe avanços ao processo de escolha dos reitores quando restringiu a três nomes a lista que deveria ser apresentada ao presidente da República. Porém, ressaltam, a norma confere ao chefe do Executivo a possibilidade de es-



Substitutivo de Maranhão estabelece que mandato será de cinco anos

colher qualquer um dos nomes apresentados, mesmo que não seja o mais votado.

## Canhoto poderá ter carteira própria na escola

O Poder Executivo nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal deverá instalar em todas as salas de aula da rede pública de ensino carteiras escolares suficientes para o atendimento de canhotos. Projeto de Marconi Perillo (PSDB-GO) com essa determinação está pronto para ser votado na Comissão de Educação.

O texto (PLS 305/08), que tem parecer favorável do senador Augusto Botelho (PT-RR), deverá ser examinado ainda pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa.

Na justificativa, Perillo diz que uma das dificuldades mais expressas pelos canhotos é a ausência de carteira escolar com braço esquerdo.

A situação, avalia o senador, é um reflexo da época em que se costumava forçar as crianças a usarem a mão direita para escrever, desenhar ou pintar. “Mas, hoje já entende-se que a preferência lateral da criança precisa ser respeitada, porque interferir nesse campo significa contraditar a organização do cérebro infantil. Basta dizer que a lateralização, ou o uso predominante de um dos lados

do corpo, ocorre entre os três e os seis anos de idade. Ela é um dos resultados do amadurecimento do cérebro, uma parte integrante do processo de crescimento”, analisa.

Marconi também invoca estudos recentes para dizer que a transferência de dados entre os hemisférios cerebrais e, “por conseguinte, o aumento da habilidade, prepondera entre os canhotos, o que reforça a idéia de permitir às crianças a lateralidade que lhe seja mais favorável”. O senador acredita que seu projeto pode beneficiar todos os alunos brasileiros.